

( ) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contrato de prestação de serviço relativo ao período em que a pessoa física foi incluída como responsável ou integrante do QSA da entidade, ou outros documentos que mostrem indícios ou que comprovem a ocorrência da simulação na constituição ou alteração no CNPJ, se houver.

Declaro, ainda, que as informações aqui relatadas correspondem à expressão da verdade e que estou ciente da penalidade prevista no **Código Penal** quanto à falsidade ideológica.

CÓDIGO PENAL, art.299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE OU DE SEU REPRESENTANTE LEGAL

Endereço Atual: \_\_\_\_\_

Telefone para Contato: \_\_\_\_\_

ANEXO X



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA INSCRIÇÃO OU DA ALTERAÇÃO DO QSA NO CNPJ

Ilmo Sr. Delegado da Receita Federal do Brasil em \_\_\_\_\_

PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE NO CNPJ

( ) DA INSCRIÇÃO

( ) DA ALTERAÇÃO NO QSA

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, venho apresentar o pedido acima, em razão de simulação no ato cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) \_\_\_\_\_, tendo em vista que não realizei inscrição ou alteração do Quadro de Sócios e Administradores (QSA) da entidade na Junta Comercial, nem constituí firma individual, e, portanto, não assinei nenhum documento referente a esta e, se assinei, fui ludibriado, pois desconhecia o conteúdo do documento.

Para fazer prova, anexo os seguintes documentos: (Assinalar S/N)

- ( ) documento de identificação;
- ( ) documento emitido por órgão de segurança pública (certidão, Boletim de Ocorrência (BO), entre outros) comprovando o roubo, extravio ou utilização indevida de documentos da pessoa física;
- ( ) cópia do ato constitutivo ou alterador no qual a pessoa física foi incluída como responsável ou integrante do QSA da entidade, registrado no órgão competente (MEI está dispensado da apresentação deste documento);
- ( ) instrumento de procuração pública ou particular e documento de identificação do procurador, se for o caso;
- ( ) laudo de perícia grafotécnica e depoimento do requerente e/ou testemunhas, se houver;